

Uma representatividade em xeque

Luiz Orlando Carneiro *pl*

A permissão dada pela Mesa do Senado para a realização, na rampa do Congresso Nacional, do comício pró-eleição do sucessor do presidente Sarney já em 1988, abriu um precedente que pode tornar ainda mais vulneráveis — presas fáceis de estrangulamentos até físicos — constituintes que deveriam ser, acima de tudo, preservados do assédio direto de grupos radicais de pressão. De agora em diante, ficará difícil para o presidente do Senado negar pedidos análogos de entidades tão diversas como a UDR ou a CUT.



A preocupação com a exposição cada vez maior dos constituintes às palavras de ordem dos grupos corporativistas é compartilhada pela “maioria silenciosa” dos parlamentares, e até mesmo pelo presidente da Assembléia e da Câmara, Ulysses Guimarães, que não foi consultado sobre a transformação da rampa e do gramado do Congresso em palanque e local de comícios.

O fato de ter transcorrido em ordem o *show-mício* das esquerdas e dos que querem ver no chão o governo Sarney é considerado secundário. O mais preocupante para os parlamentares moderados que, aparentemente, formam a maioria das duas casas, é o processo de erosão prolongado a que vem sendo submetido o princípio do respeito ao Congresso-Constituinte formado com base na organização partidária, como a representação política por excelência do país.

O senador Marco Maciel, que vem batalhando na base do cavaleiro andante por um pacto político, tem batido na tecla de que um tal acordo deve ser negociado inicialmente pelos partidos, como condição de sua exequibilidade, já que o “estado democrático passou a ser, basicamente, o estado partidário”. No entanto, tendo em vista a radicalização ocorrida na fase das comissões, na Constituinte, e a conjuntura mais propícia às palavras de ordem do que a negocia-

ção, o primado da representação político-partidária vai sendo atropelado pela articulação das forças intermediárias político-ideológicas que não obtiveram maioria nas eleições de novembro do ano passado.

Parlamentares integrantes do grupo ainda informal do “centro democrático” acham ter chegado a hora de o Congresso-Constituinte reaver sua prerrogativa fundamental — a de detentor, sem intermediários explícitos, da representatividade política do país. Para eles, isso tem de ser feito com a reaglutinação das forças partidárias e a rejeição de propostas demagógicas constantes do anteprojeto constitucional, como a que assegura o direito de iniciativa legislativa aos cidadãos (a “iniciativa popular”, que poderia ser exercida “pela apresentação à Câmara de projeto de lei ou proposta de emenda à Constituição devidamente articulado (SIC) e subscrito (SIC) por, no mínimo, três décimos por cento do eleitorado nacional, distribuídos em pelo menos cinco estados, com não menos de um décimo por cento dos eleitores de cada um deles”).

Ainda conforme esses congressistas, o esperado “racha” do PMDB, às vésperas de uma dramática convenção, será institucionalmente saudável. A manutenção artificial da frente que, em novembro último, fez 22 governadores, 259 deputados federais e 40 senadores, em cima do Cruzado I e numa campanha em que nem o parlamentarismo nem a extensão do mandato de Sarney foram bandeiras visíveis, só tem prejudicado o objetivo democrático de se consolidar o “estado partidário”.

Quanto à “iniciativa popular”, pergunta-se porque seria mais democrática a apresentação de projetos de lei ou propostas de emendas constitucionais subscritas por menos de 200 mil eleitores do que o exercício normal pelos parlamentares de sua competência de iniciar o processo legislativo. Luiz Inácio da Silva (PT), o Lula, tem uma “procuração” de meio milhão de eleitores para apresentar projetos e defender os interesses de seu partido e da CUT, assim como o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, representa, pelo menos, 480 mil eleitores, e Guilherme Afif (PL) mais de 400 mil, para citar os três deputados federais mais votados em São Paulo.